

Desigualdade de Impactos Trabalhistas na Pandemia

Sumário Executivo

Marcelo Neri

FGV Social



FGV SOCIAL
CENTRO DE
POLÍTICAS SOCIAIS

<https://cps.fgv.br/DesigualdadePandemia>

NERI, Marcelo C.

"Desigualdade de Impactos Trabalhistas na Pandemia" (Marcelo Neri), Rio de Janeiro, RJ – 2021 - FGV Social – 11 páginas.

<https://cps.fgv.br/DesigualdadePandemia>

1.Desigualdade. 2. Bem-estar Social. 3. Pobreza. 4. Trabalho. 5. Renda

As manifestações expressas por integrantes dos quadros da Fundação Getulio Vargas, nas quais constem a sua identificação como tais, em artigos e entrevistas publicados nos meios de comunicação em geral, representam exclusivamente as opiniões dos seus autores e não, necessariamente, a posição institucional da FGV. Portaria FGV Nº19.

Desigualdade de Impactos Trabalhistas na Pandemia

Sumário-Executivo

Marcelo Neri¹

A pandemia do Covid-19 constitui um choque de grandes proporções não só pela sua intensidade e velocidade como pela sua abrangência global. Agora, diferentes pessoas são impactadas de maneira distinta em diferentes estratos sociais, localidades e aspectos de suas vidas. Nosso objetivo aqui é fornecer uma visão ampla e atual da desigualdade de impactos trabalhistas da pandemia no Brasil. Processamos os últimos microdados disponíveis para endereçar de maneira integrada as principais mudanças recentes na distribuição de renda e suas causas. Em particular; abordamos as mudanças distributivas associadas ao cenário de estagflação em curso, investigamos quanto da combinação de maiores taxas de inflação e de desemprego afetam a base da distribuição. Ao fim estimamos a evolução recente da pobreza baseada em rendas de todas as fontes, ai incluindo os impactos das diversas versões do Auxílio Emergencial até o presente.

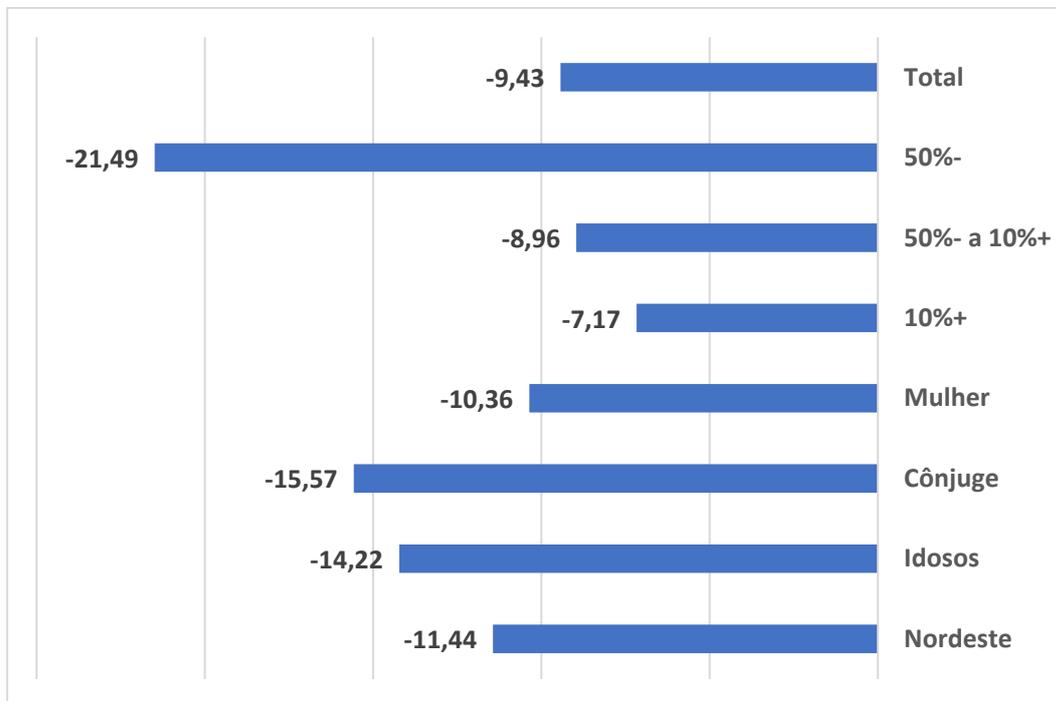
Frustração trabalhista - Em primeiro lugar, como mudou a média e a desigualdade de renda entre os brasileiros na pandemia. A despeito do pibinho recente (crescimento de -0,1% entre o primeiro e o segundo trimestre de 2021), o PIB brasileiro já tinha voltado próximo ao patamar pré-pandemia observado no último trimestre de 2019. O mesmo não pode se dizer sobre o mercado de trabalho: a renda individual média do brasileiro incluindo informais, desempregados e inativos se encontra hoje -9,4% abaixo do nível do final de 2019. Na metade mais pobre² esta perda de renda foi de -21,5%, configurando descolamento da base frente ao resto da distribuição de renda. Esta é a principal mudança a ser ressaltada. Neste interim pandêmico, a queda de renda entre os 10% mais ricos foi de -7,16%, menos de 1/3 da queda de renda observada na metade mais pobre. O grupo do meio entre os 50% menos e os 10% mais ricos, uma espécie de classe média no sentido estatístico, teve queda de renda de 8,96%, cerca de 2,8 pontos de porcentagem de perda acima do extremo superior. Em suma,

¹ Diretor do FGV Social/CPS. Professor da FGV EPGE, Fundação Getulio Vargas, marcelo.neri@fgv.br

² O conceito de renda usado para classificar as rendas individuais habituais em grupos é o de renda per capita habitual do trabalho.

as perdas de renda crescem à medida que nos aproximamos do topo para a parte inferior da distribuição de renda.

Varição da Renda Individual do Trabalho – 2019,04 a 2021,02 (%)



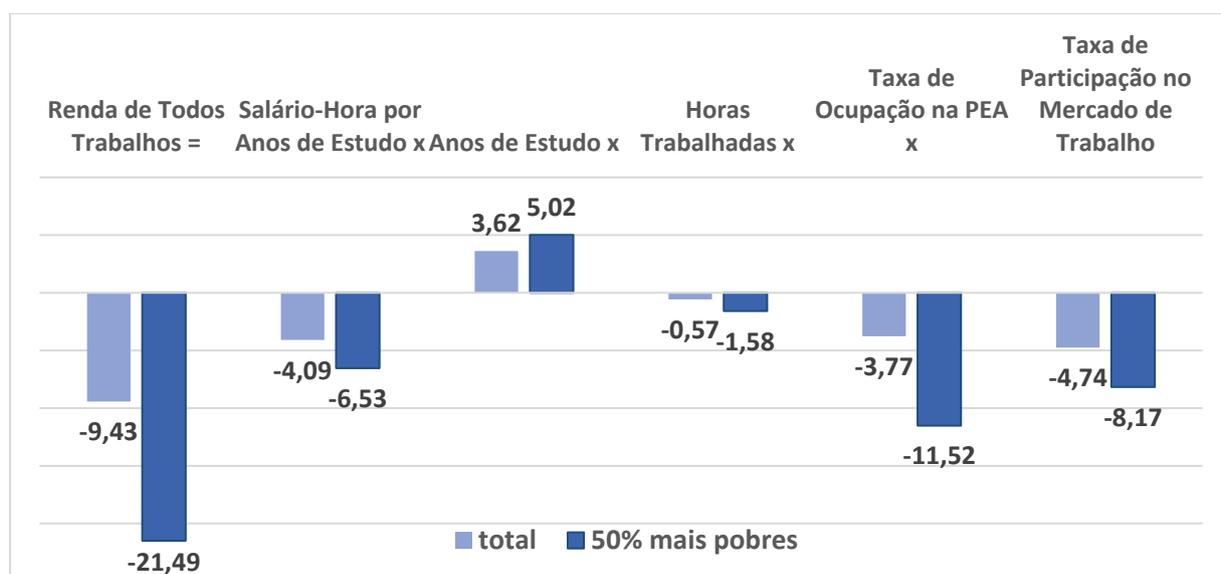
Fonte: FGV Social baseado nos microdados da PNADC

Quem perdeu mais? - Quais grupos sociais relevantes tiveram quedas de rendas individuais superiores às da média geral de -9,4% de 201904 a 202102? Os principais perdedores foram os moradores da região Nordeste (-11,4% de perda de renda contra -8,86% do Sul, por exemplo); as mulheres (-10,35% de perda contra -8,4% dos homens) especialmente cônjuges -15,57% que tiveram jornada dupla jornada incluindo cuidado das crianças sem aula em casa, os idosos com 60 anos ou mais também perderam especialmente por terem de se retirar do mercado de trabalho função da maior fragilidade em relação ao Covid-19 (-14,2% de perda). Em termos de desigualdade horizontal, isto é, entre grupos sociais, destacamos, portanto, as perdas incorridas por idosos, mulheres e moradores da região Nordeste. Esta perda de renda é potencializada pela combinação destes atributos com o estrato de renda. Por exemplo, entre os 50% mais pobres as mulheres perderam -26,24% versus -18,43% dos homens.

Causas - Poucos impactos são mais rápidos na chegada de uma crise e lentos na saída do que os ocorridos no mercado de trabalho, especialmente na base da distribuição de renda. Agora quais foram os determinantes imediatos das diferenças dessas mudanças entre o último trimestre de 2019 até o segundo trimestre de 2021? Pouco mais da metade da queda de renda de -21,5% dos mais pobres, -11,5% foi devido ao aumento de desemprego. Estes -11,5% nos relevam de quanto teria sido a perda de renda se os demais ingredientes trabalhistas como rendimento-hora dos ocupados, número de horas e a participação trabalhista tivessem ficado constantes ao longo do tempo. O efeito-desemprego foi de perda de -11,5 pontos de porcentagem na metade mais pobre contra efeito-desemprego de -3,8 pontos de porcentagem da média geral, explicando boa parte da diferença de queda de renda, e consequente aumento de desigualdade, observadas entre os dois universos. Além disso, ainda pelo canal da ocupação contingente expressivo de trabalhadores se retirou do mercado sem perspectiva de encontrar ou exercer trabalho durante a pandemia. O efeito-desalento explicou queda de renda 8,2 pontos de porcentagem na metade mais pobre contra perda de 4,7 pontos na média geral sendo a segunda causa mais importante para a deterioração do binômio média e desigualdade trabalhista.

Outros canais de impacto da maior queda de renda na metade mais pobre foi a redução de renda dos ocupados por hora e anos de estudo de -6,53% contra -4,09% da média fruto da aceleração da inflação e do próprio desemprego. O efeito-salário sem descontar e a redução da jornada de trabalho e foram cada uma cerca de um ponto de porcentagem maiores entre os mais pobres do que na média, completam a queda de renda dos pobres entre o último trimestre de 2019 até o segundo trimestre de 2021 como aproximação dos determinantes dos efeitos totais da pandemia.

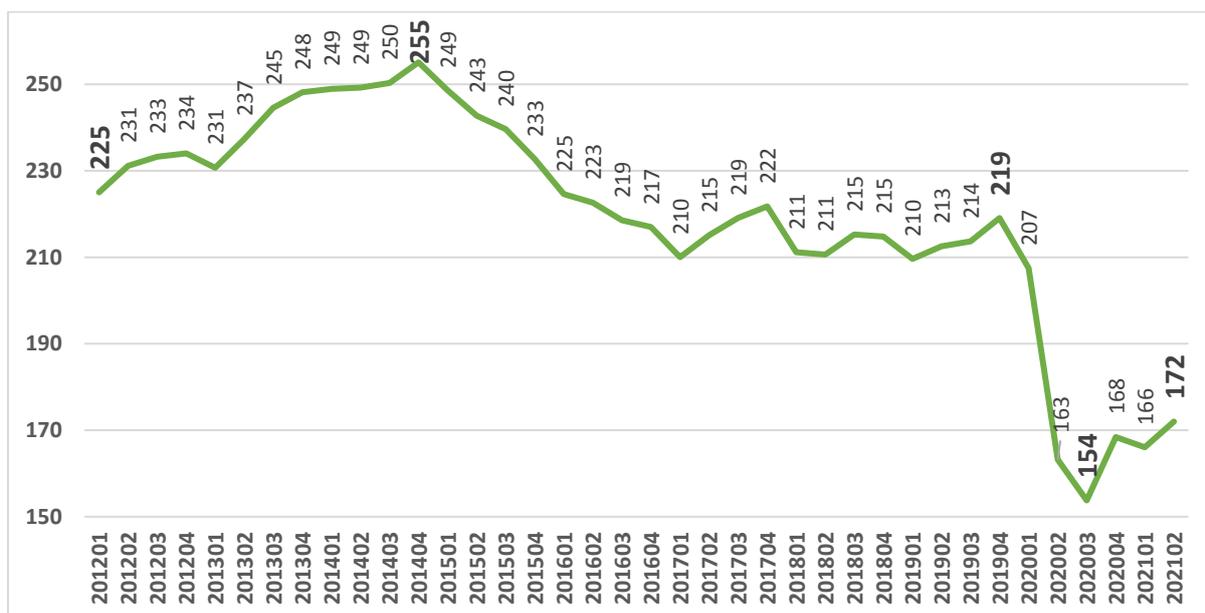
Decomposição da Mudança da Renda Individual do Trabalho - 2019.4 a 2021.2 (Variação %)



Fonte: FGV Social baseado nos microdados da PNADC

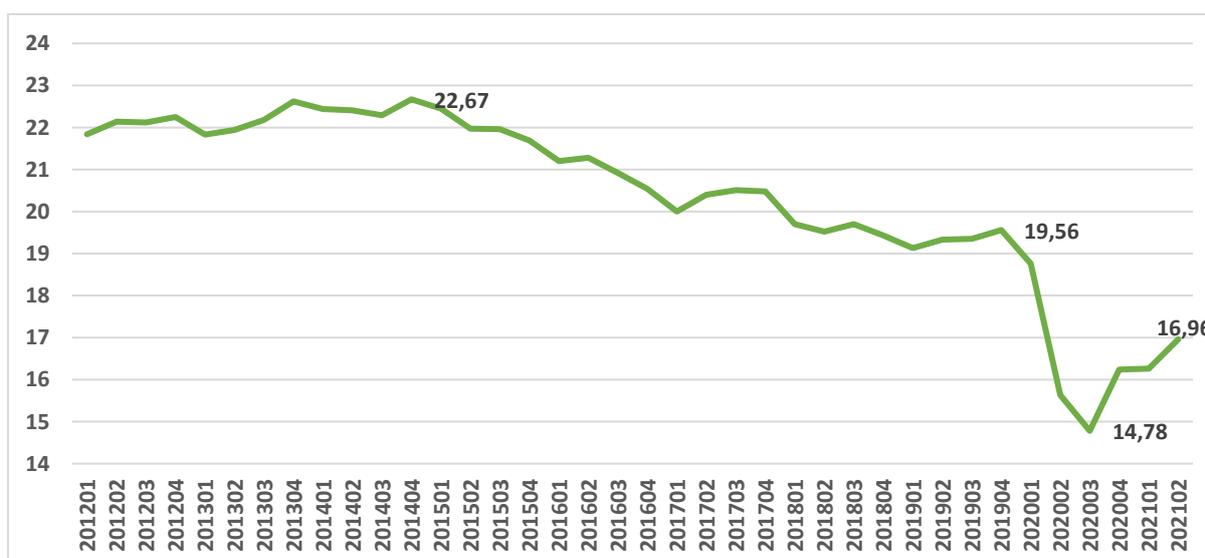
Perdas na base – Avaliando agora o conceito de renda per capita habitual do trabalho que define as fronteiras dos grupos de renda individual acima apresenta a mesma queda observada de 21,5% da renda individual durante a pandemia. Senão vejamos: o gráfico ilustra a trajetória da renda média a preços constantes da metade mais pobre. A renda que já tinha caído 14,1% do ápice de R\$ 255 no quarto trimestre de 2014 (201404) para R\$ 219 no quarto trimestre de 2019 (201904). Deste ponto até o segundo trimestre de 2021 (202102) cai 21,5% chegando a R\$ 172. Apresentamos a seguir a parcela da metade mais pobre na renda.

Evolução da Renda da Metade mais Pobre - Renda Real Per Capita do Trabalho (R\$)



Fonte: FGV Social baseado nos microdados da PNADC

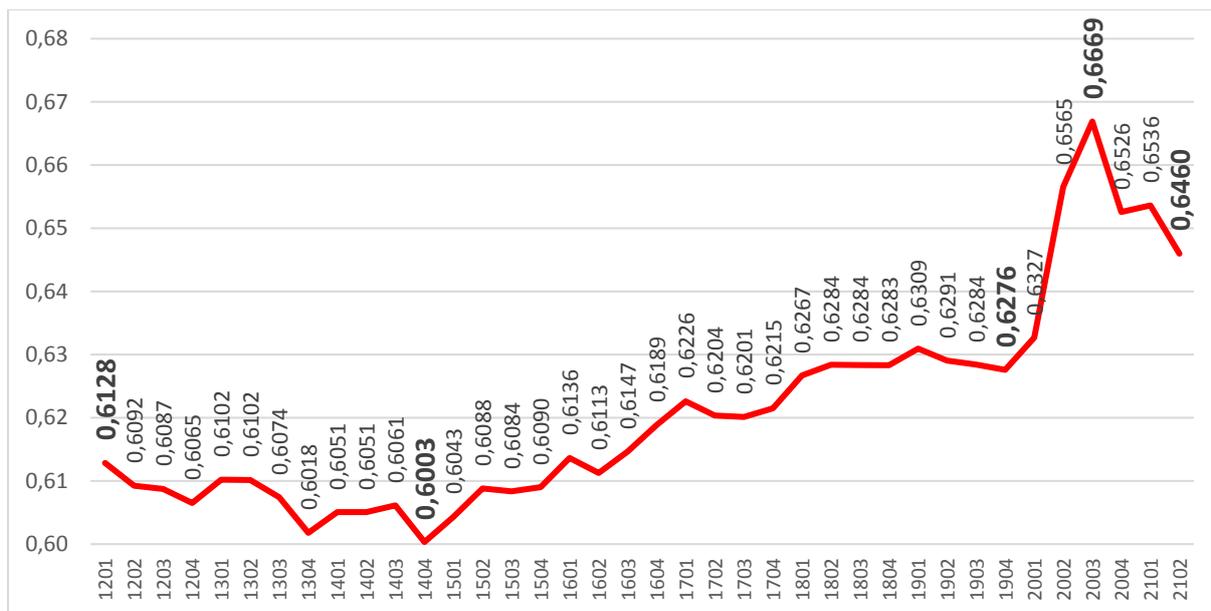
Parcela dos 50% mais pobres na Renda Per Capita Habitual do Trabalho



Fonte: FGV Social baseado nos microdados da PNADC

Desigualdade em alta – Ainda segundo estimativas do FGV Social outros a desigualdade do conceito de renda per capita habitual do trabalho que define as fronteiras dos grupos de renda acima teve aumento na pandemia. O índice de Gini que já havia aumentado de 0,6003 para 0,6279 entre os quartos trimestres de 2014 e 2019 (201404 a 201904) saltou na pandemia atingindo 0,640 no segundo trimestre de 2021 (202102) acima de toda série histórica pré-pandemia, ilustrada no gráfico abaixo.

Evolução da Desigualdade - Índice de Gini *

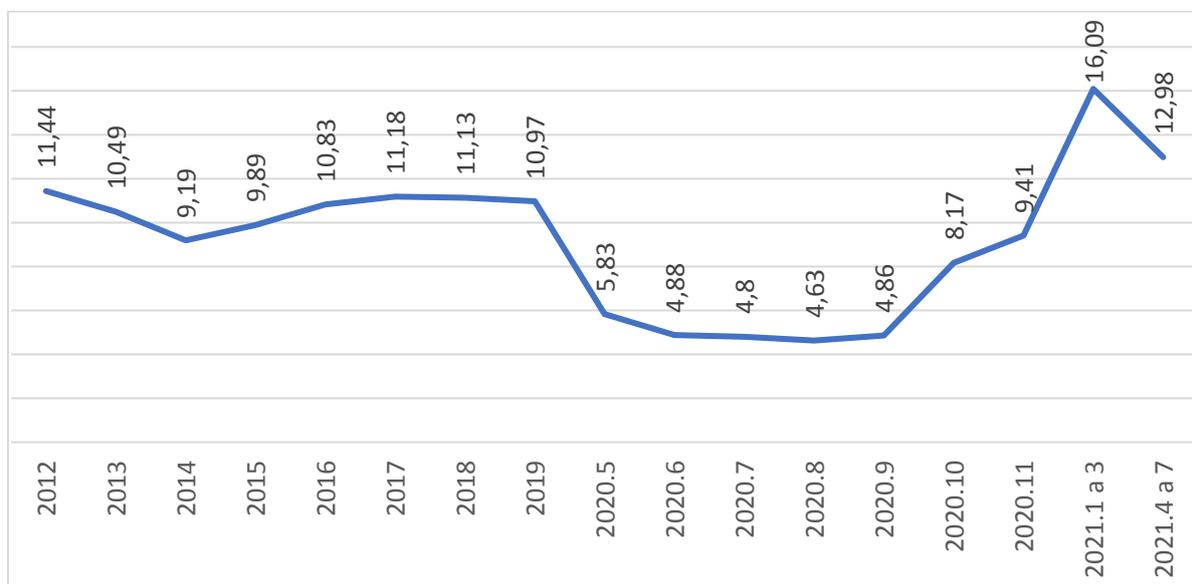


Fonte: FGV Social baseado nos microdados da PNADC. * Renda per Capita do Trabalho Habitual

Pobreza – Antes de analisar a evolução da proporção de pobres na pandemia cabe explicitar alguns critérios. A pobreza medida pelas rendas de todas as fontes incluindo não só todos os ingredientes trabalhistas acima citados projetados pela PNADC trimestral como transferências públicas e privadas que inclui pensões e aposentadorias, Bolsa Família, Auxílio Emergencial entre outras fontes de renda. A PNAD Covid permite observar até novembro de 2020 o Auxílio Emergencial em operação, o que facilita a sua projeção para 2021 quando da sua interrupção e posterior volta em escala reduzida. Harmonizamos os níveis comuns das séries da PNADC anual e a PNAD Covid. No topo disto agregamos as tendencias observadas na renda do trabalho pela PNADC trimestral. A proporção de pobres é medida pela linha de pobreza de cerca 261 reais por pessoa a preços do primeiro trimestre de 2021. Este valor corresponde a cerca de um salário mínimo mensal de renda familiar total se multiplicarmos pelo tamanho médio das famílias pobres de 4,6 pessoas por domicílio.

A proporção de pobres era na média de 2019, antes da pandemia, 10,97%, cerca de 23,1 milhões de pessoas na pobreza. A pobreza passa em setembro 2020 para 4,63%, o melhor ponto da série função da adoção do Auxílio Emergencial pleno, correspondendo a 9,8 milhões de brasileiros. No primeiro trimestre de 2021 tirando todo Auxílio Emergencial durante a sua suspensão, mas devolvendo Bolsa Família atinge 16,1% da população, 34,3 milhões de pobres. Os dados mostram um cenário desolador no início de 2021 quando em seis meses o número de pobres e multiplicado por 3,5 vezes, correspondendo a 25 milhões de novos pobres em relação aos seis meses antes. Finalmente com a adoção do novo auxílio em escala reduzida com duração limitada a partir de abril de 2021 com alguma retomada 12,98%, 27,7 milhões de pobres pior do que antes da pandemia do Covid.

Evolução da Proporção de Pobres (%)



Fonte: FGV Social baseado nos microdados da PNADC Covid e PNADC Anual harmonizados incorporando tendências trabalhistas da PNADC. Em 2020 e 2021 especificamos o mês.

Olhando prospectivamente a evolução da pobreza. Os efeitos da vacinação (versus expansão da variante delta do Covid-19) deve reaquecer a renda do trabalho. Há pelo lado dos programas sociais tendência da pobreza aumentar com a troca do Auxílio Emergencial, mesmo reduzido, frente ao programa original, pelo Auxílio Brasil ou pela continuidade do Bolsa Família, ambos menores. Instabilidade das eleições que se aproximam num cenário de turbulência política, choques climáticos e possível racionamento de energia pode afetar os dois cenários e gerar uma tempestade perfeita.

Estagflação - Em termos macroeconômicos está colocado um cenário de estagflação fruto da aceleração das taxas de desemprego e de inflação. A taxa de inflação projetada pelo Boletim Focus no início de setembro para 2021 é de 7,58% duas vezes o centro da meta inflacionária. Este descontrole inflacionário impõe a necessidade de alta dos juros pelo Banco Central brasileiro amplificando o desemprego futuro.

Note que para além das series agregadas já houve consequências distributivas da estagflação já em curso. Nos últimos 12 meses terminados em julho de 2021 a inflação dos pobres foi 10,05% quase 3 pontos de percentagem maior que a inflação da alta renda 7,11%, segundo estimativas do Ipea. Este diferencial cai monotonicamente a medida que nos aproximamos do topo da distribuição. Ele se deu em função do maior aumento do preço de alimentos e do gás de cozinha entre outros elementos que tem maior peso na cesta de consumo dos mais pobres.

A taxa de desemprego da metade mais pobre subiu de 26,55% em 2019Q4 para 35,98% em 2021Q4. Já entre os 10 mais ricos foi de 2,6% para 2,87%³. Isto significa que o chamado índice de desconforto proposto por Arthur Okun, composto pela soma simples das taxas de desemprego e de inflação. É muito mais alto entre os pobres. E, termos de mudanças, a taxa de desconforto não só subiu como subiu muito mais entre os mais pobres.

Canais - Dados diversos nos permitem inferir tanto de causas como de consequências dos impactos assimétricos da pandemia sobre os diferentes estratos da distribuição de renda. i) Testagem contra Covid (classe AB 26 7% x pobres 8,5%); ii) Tem plano de saúde (classe AB 78% x pobres 7,3%); iii) Número de pessoas em casa (dificulta isolamento): (classe AB 2,9 pessoas x pobres 4,6 pessoas) iv. Acesso à internet, (classe AB 95% x pobres 62,6%); v) Em trabalho remoto (home office) (entre os ocupados) classe AB 96,4% x pobres 24,2%; vi. tempo de estudo de pessoas entre 6 e 15 anos classe AB 3.1 horas dia x pobres 1,95 horas. Ou seja, todos esses canais protegem mais os que tem mais renda a começar pela desproteção na saúde, o abismo digital impõe barreiras maiores ao trabalho e ao estudo dos mais pobres⁴.

³ Como vimos, em termos de taxa de variação o efeito desemprego para metade mais pobre na pandemia foi, de 11,5% contra 0,2772% dos 10% mais ricos, ou seja, um aumento relativo de mais de 10 pontos para os mais pobres.

⁴ A Covid acelera a era digital: antes da pandemia Brasil (brasileiros) era número 108 em 124 países no ranking do medo de novas tecnologias no mercado de trabalho.

Conclusões (Resumo)

Diferentes pessoas são impactadas de maneira diferenciada pandemia do Covid-19. Nosso objetivo é fornecer uma visão ampla e atual da desigualdade de impactos trabalhistas da pandemia no Brasil.

Frustração trabalhista - A renda individual média do brasileiro incluindo informais, desempregados e inativos se encontra hoje -9,4% abaixo do nível do final de 2019. Na metade mais pobre esta perda de renda é de -21,5%. A queda de renda entre os 10% mais ricos foi de -7,16%, menos de 1/3 da queda de renda observada na metade mais pobre. Pouco mais da metade da queda de renda dos mais pobres, -11,5% foi devido ao aumento de desemprego. Além disso, contingente de trabalhadores se retirou do mercado. O efeito-desalento resultou em queda de renda 8,2% neste grupo.

Quem perdeu mais? – Os principais perdedores de renda individual foram os moradores da região Nordeste (-11,4%); as mulheres que tiveram jornada dupla de cuidado das crianças em casa (-10,35%), os idosos por terem de se retirar do mercado de trabalho função da maior fragilidade em relação ao Covid-19 (-14,2% de perda).

Perda na base – A renda per capita que já tinha caído 14,1% do ápice de R\$ 255 no quarto trimestre de 2014 (2014.04) para R\$ 219 no quarto trimestre de 2019 (2019.04). Deste ponto até o segundo trimestre de 2021 (2021.02) cai 21,5% chegando a R\$ 172.

Desigualdade em alta – O índice de Gini que já havia aumentado de 0,6003 para 0,6279 entre os quartos trimestres de 2014 e 2019 saltou na pandemia atingindo 0,640 no segundo trimestre de 2021 acima de toda série histórica pré-pandemia.

Pobreza – A proporção de pessoas com renda abaixo da linha de pobreza de R\$ 261 por pessoas era, antes da pandemia, 10,97%, passando em setembro 2020 o melhor ponto da série função da adoção do Auxílio Emergencial pleno para 4,63%, 9,8 milhões de brasileiros. No primeiro trimestre de 2021 função do Auxílio Emergencial suspenso, atinge 16,1% da população. 34,3 milhões de pobres correspondendo a 25 milhões de novos pobres. Finalmente com a adoção do novo auxílio em escala reduzida com duração limitada a partir de abril de 2021 com alguma retomada 12,98%, 27,7 milhões de pobres pior do que antes da pandemia do Covid.

Estagflação – A recente aceleração das taxas de desemprego e de inflação com consequências distributivas. Nos 12 meses terminados em julho de 2021 a inflação dos pobres foi 10,05%, 3 pontos de porcentagem maior que a inflação da alta renda, segundo estimativas do Ipea. Nos nossos cálculos a taxa de desemprego da metade mais pobre subiu na pandemia de 26,55% para 35,98%. Já entre os 10% mais ricos a mesma foi de 2,6% para 2,87%. Isto significa que o chamado índice de desconforto

proposto por Arthur Okun, composto pela soma simples das taxas de desemprego e de inflação não só subiu como subiu muito mais entre os mais pobres.